

Jorge Luis Borges e a crítica literária na América Latina: um debate acerca dos conceitos de “nacionalidade” e “latino-americanidade” à luz da obra ensaística e literária do renomado escritor argentino

Jorge Luis Borges and literary criticism in Latin America: a analysis about the concepts of “nationality” and “local identity” in Latin America from the essays and the literary works made by this renowned Argentine writer

Ana Luiza de Oliveira Duarte Ferreira
Universidade de São Paulo

Resumo: Este artigo explora alguns dos textos (ensaios e contos) mais célebres do escritor argentino Jorge Luis Borges, e faz um diálogo entre eles e textos de outros pensadores tomados como grandes nomes da Crítica Literária na América Latina: o também argentino Ricardo Piglia, os brasileiros Antonio Candido e Silviano Santiago, e o mexicano Octávio Paz. O objetivo é destacar algumas das questões mais recorrentes, e como elas têm sido respondidas; e traçar um panorama do que têm pensado os intelectuais latino-americanos acerca da função social e artística da Literatura no e para nosso subcontinente.

Palavras-chave: Jorge Luis Borges. Literaturas Nacionais. América Latina. Crítica Literária. Contos Borgianos.

Abstract: This article reflects some of the most famous texts (essays and stories) from the Argentine writer Jorge Luis Borges, and arranges a dialogue between them and texts from other thinkers considered as great names of Literary Criticism in Latin America: Ricardo Piglia (from Argentina), Antonio Candido and Silviano Santiago (from Brazil), and Octávio Paz (from Mexico). The goal is to highlight some of the most recurrent issues and how we have replied to these issues; is to draw a picture of what the Latin americans intellectuals think about the social and artistic function of literature in and for our continent.

Keywords: Jorge Luis Borges. National Literatures. Latin America. Literary Criticism. Borges's short story.

Introdução

Este artigo visa debater uma preocupação essencial para críticos literários latino-americanos, isto é, a definição de seu campo de trabalho. A que devem se ater? Qual sua função social? Qual a relevância de seu trabalho? Há que se levar em conta os limites nacionais? Há que se levar em conta a própria noção de “América Latina”?

O argentino Jorge Luis Borges me parece, aqui, servir como interessante *ponto de partida* para a elaboração de um quadro geral, que dê conta de tais *questões*, ou melhor, que dê conta de algumas diversas *respostas* apresentadas, e bem aceitas. Assim, em meu texto, as reflexões de Ricardo Piglia, Antonio Candido, Silviano Santiago e Octávio Paz serão apresentadas sempre entrelaçadas a conceitos propostos pelo ou atribuídos ao Borges ensaísta, assim como ao Borges autor de *Ficciones* e de *El Aleph*.

Não pretendo, por ora, promover uma síntese do pensamento borgiano (o que creio ser objeto de uma pesquisa mais extensa, demasiado extensa), mas apresentar suas colocações como fundamentais na medida em que, provocativas, hão de ter contribuído para uma complexificação e consolidação do debate. Também não pretendo defender a hipótese de que todos os autores aqui referidos estariam elaborando contra-ataques diretos aos seus desconcertantes argumentos (ainda que alguns, como veremos, de fato o estivessem). Mas defendo a hipótese de que, conscientes ou inconscientes, estão todos, em última instância, dialogando entre si – e, afinal, dando corpo ao conceito de “Crítica Literária (especificamente) Latino-americana”.

1 O “nacional” na Literatura latino-americana

Ao longo de sua vida, Borges apresentou apreciações bastante variáveis quanto ao projeto de uma Literatura nacional, argentina. Quando jovem, na década de 1920, foi um dos pais expressivos colaboradores da revista literária *Martin Fierro*, que, ao longo de 3 anos, seguiu fazendo referência ao canônico poema homônimo de José Hernandez, escrito na década de 1870.

Conforme a historiadora Karina Vazquez, a proposta dos editores da referida publicação era explorar criativamente o modelo de argentinidade proposto pelo poeta oitocentista, e seu ilustre personagem, o gaucho sentimental e honrado, que enfrentava toda sorte de adversidades. Desejavam também uma renovação da Literatura nacional nos aspectos formais: esses intelectuais argentinos rompiam com o sóbrio castelhano, e apresentavam experiências de incorporação da fala oral, do argentino comum, habitante dos pampas. Essa teria sido, inclusive, de acordo com Vazquez, a grande invenção do jovem escritor Jorge Luis Borges (VAZQUEZ, 2011).

Bom lembrar, aqui, que em 1944, no livro *Ficciones*, Borges incluiu uma releitura do final do original *Martin Fierro*: o conto *El fin*. E que em 1953 publicou, com Margarita Guerrero, um pequeno livro de ensaios, nos quais o personagem gaúcho de Hernández é apresentado como um clássico universal (BORGES, 2005, passim).

Em meados do século XX, entretanto, Borges virá a renegar essas suas primeiras produções como intelectual e poeta. É nesse momento, mais especificamente em 1955, que ele escreve *O escritor argentino e a tradição*, no qual reavalia e invalida como inconsistentes os tradicionais procedimentos literários na Argentina e outros países da América Latina, fechados acriticamente em uma concepção questionável de “nacional” (BORGES, 1999, p. 288). Para tanto, ele se propunha a refletir sobre *três* principais modos de nacionalização da Literatura.

Conforme o dito texto, a primeira e principal proposta a que na Argentina recorreriam tradicionalmente os escritores era o lançar mão da poesia gaúchesca como ponto de partida para a elaboração de uma literatura nacional. A negação do Borges maduro a tal perspectiva é apresentada de maneira articulada e multi-focal; alguns de seus argumentos críticos seriam: (1) o estilo gaúchesco não é por natureza original, mas um gênero artificial, construído historicamente (Idem, p. 289-290); (2) se se pretende pensar tal como os nacionalistas, de nada valeria recorrer a temáticas tidas como próprias (os pampas, o gado bovino, as vestimentas dos gaúchos), se o modo como isso se processa é a partir de recursos literários originalmente europeus (e identificados com um modo de enxergar o mundo e projetar a vida que pode ser considerado, sob o ponto de vista do provincianismo, a nós alheio) (Idem, p. 291); e (3) se se abandona a visão, conforme Borges, “mesquinha” do nacionalismo, há que se perceber que a referência a “motivos” tidos como estrangeiros não faz de determinada obra menos autêntica (Idem, p. 291-292) – quer dizer: para ele, “os nacionalistas fingem venerar as capacidades da mente argentina, mas querem limitar o exercício poético dessa mente a alguns pobres temas locais, como se nós, argentinos, só pudéssemos falar de arrabaldes e estâncias e não do universo.” (Idem, p. 293).

Uma segunda proposta corrente seria, de acordo com Borges, a tentativa de se tomar a tradição espanhola como principal referência para a elaboração de uma literatura nacional argentina; contudo, tal projeto constitui, para esse autor, uma falácia mal construída, visto que, de acordo com seu entendimento, a história da Argentina seria marcada pelo desejo de justamente desvincular-se não apenas politicamente, mas também (e talvez sobretudo) culturalmente da Espanha (Ibidem).

A terceira e última proposta incorporaria a ideia de que os autores nacionais deveriam estar atentos à elaboração de um *modus operandi* próprio, indiferente e/ou avesso ao europeu. Aqui também Borges se nega a emparelhar suas ideias, e alega:

Observei que em nosso país, precisamente por ser um país novo, há um grande sentido do tempo. Tudo o que aconteceu na Europa, os dramáticos acontecimentos dos últimos tempos, ecoaram profundamente entre nós. [...] No que se refere à

história argentina, creio que todos nós a sentimos [a Europa] profundamente; e é natural que a sintamos, porque ela está, pela cronologia e pelo sangue, muito próxima de nós (BORGES, José Luis, p. 294).

Sendo assim, Borges afirma: a ideia de identidade nacional *não* deveria constituir um problema essencial para os escritores argentinos. Segundo seu ponto de vista, a tradição argentina corresponderia precisamente a tudo aquilo que se tem por “tradição” (ocidental ou não). Ou seja: qualquer autor argentino deveria poder dispor efetivamente de toda a herança e de toda a produção atual tanto dos “centros” (norte-americano e europeu) como das “periferias”, e a elas recorrer (sem recalques, com irreverência) ao longo de seu processo reflexivo e criativo (Idem, p. 295).

Daí em diante, as declarações de Borges no que diz respeito à questão da identidade nacional (argentina ou não) serão, muitas vezes, contraditórias. Em 1973, por exemplo, em entrevista para Maria Esther Vásquez, revela um marcante descaso no que diz respeito às construções identitárias nacionais, quando fala do posicionamento político e do modo de entendimento “anarquista” de seu falecido pai:

Ele me disse que eu me fixasse nas bandeiras, nas fronteiras, nas distintas cores dos distintos países nos mapas, nos uniformes, nas igrejas, porque tudo isso iria desaparecer quando o planeta fosse um e houvesse apenas governo municipal ou policial, ou talvez nenhum, se as pessoas fossem suficientemente civilizadas (BORGES, 1973, p. 17).

Em outro depoimento, datado de 1976, após discorrer sobre a realidade acadêmica norte-americana, que havia conhecido de perto em sua última viagem, Borges se mostra, contudo, um tanto mais flexível: “Pela pátria há que optar, apesar de tudo! E depois, pela Europa” (BORGES, 1976, p. 34).

No que diz respeito às problemáticas que envolvem a ideia de “literatura nacional”, seria interessante apresentar a discussão proposta pelo crítico literário (também argentino) Ricardo Piglia sobre os argumentos propostos em *O escritor argentino e a tradição*. Isso porque Piglia, se interrogando acerca da possibilidade de haver uma maneira propriamente nacional de se elaborar poemas e ficções em prosa, conclui, à revelia de Borges, positivamente; e mais: alega que Borges, de fato, ocupa lugar de expressão no rol justamente dos autores que contribuíram para a conformação de uma Literatura autenticamente argentina.

Ora, quais seriam, pois, os argumentos aos quais Piglia recorre para embasar seu ponto de vista? Entre outros, dois principais estão articulados: (1) conforme seu entendimento, literatura nacional seria toda aquela que se remete a e investe em um *corpus* de obras tidas por especialistas como representativas de um povo; e (2) Borges estaria sim, por meio de uma preocupação caracteristicamente sua com o uso

da erudição como ferramenta para dar forma aos textos, a todo o momento – em seus artigos de crítica, em seus poemas consagrados e ocultos, e em seus contos mais ou menos famosos – dialogando com o cânone literário argentino (PIGLIA, s/d 2, passim).

É, contudo, apenas num artigo intitulado *Memoria y tradición* que Piglia virá a definir com mais pormenores sua própria visão acerca do papel e lugar do escritor argentino contemporâneo. Nesse texto, apresenta uma série de noções, de maneira articulada e, a meu ver, bastante propícia. Em primeiro lugar, define que, para o intelectual (e, mais especificamente, para o literato) todas as obras tidas socialmente como clássicas às quais se tem acesso passam a compor parte de sua memória pessoal, daí poder e ter que delas dispor no instante da criação; quer dizer (para utilizar palavras de Piglia): “Todo es de todos, la palabra es colectiva y es anónima. [...] Por eso en literatura los robos son como los recuerdos: nunca del todo deliberados, nunca demasiado inocentes” (PIGLIA, s/d 1, passim).

Todavia Piglia compreende que, no momento em que os autores se apoderam de fragmentos de um determinado cânone, o fazem de maneira sempre particular e renovada; isto é: traem a “tradição”, e produzem o que ele vem chamar “ex-tradição”. Além disso –, há que se perceber que todo e qualquer intelectual argentino também *sofre* “*ex-tradición*”, visto que, embora suas referências não tenham de ser (e não são) restritas ao universo intelectual circunscrito às fronteiras nacionais, não podem evitar tomá-las com um olhar próprio de sua realidade particular; isto é: ao tentar transpor a fronteira, são sempre e constantemente – no sentido corrente da palavra – “extraditados” (PIGLIA, Ricardo). A dimensão militante do debate ganha, então, em Piglia, maior destaque do que em Borges. Para Piglia, recorrer ao conjunto denominado “tradição ocidental” deixa de ser um direito do qual podemos usufruir: constitui dever social do escritor argentino. Mas é mais precisamente no artigo *Una propuesta para el nuevo milenio*, já em fins da década de 1990, que esse aspecto do pensamento de Piglia ganhará uma delimitação mais precisa.

Nesse último texto é retomado o projeto do escritor italiano Ítalo Calvino de enumerar algumas especificidades da escrita/da construção narrativa a serem consideradas e melhor trabalhadas pelos literatos, no século XXI. Contudo, verificamos em Piglia uma ampliação e complexificação do projeto inicial de Calvino: Calvino desconsidera a diversa realidade dos autores que não vivem no “centro” cultural contemporâneo, como ele; daí Piglia propor um novo item a ser pensado e acrescentado à lista: o “*mirar al sesgo*”, o olhar enviesado da América Latina.

De acordo com esse conceito de “*mirada estrábica*” existiriam certas vantagens em ser periferia: uma maior facilidade para transpor fronteiras, e uma maior habilidade para enxergar além do convencional são dois exemplos significativos. Em se tratando da Literatura, gênero que, por excelência, “*nos permite reflexionar sobre los limites*” e “*imaginar una vida possible, un mundo alternativo*”, tal lugar de enunciação deveria ser, enfim, estilisticamente reavaliado e politicamente valorizado (PIGLIA, 2001, p. 1-3).

E como o “periférico” aparece, em Piglia, como uma classificação a ser atribuída não apenas à Argentina, mas também aos demais países intitulados latino-americanos (o que inclui também o México e o Brasil), talvez seja o momento de buscar compreender de que maneiras as mais diversas construções identitárias nacionais de nosso continente tendem a ser percebidas quando a partir do conceito genérico e generalizante de América Latina. Eis, afinal, o tema da próxima seção.

2 A “latino-americanidade” na Literatura

2.1 Analisando as fronteiras internas ao conceito de “América Latina”

No ano de 1976, em um congresso nos Estados Unidos, Borges declarou, oportunamente:

La América Latina [a América Latina una e identificada] no existe. [...]. Nosotros nunca pensamos como latinoamericanos. [...]. No quiero decir que sea mejor ser argentino que ser brasileño, colombiano o uruguayo... [Pero] creo que debemos reconocer el hecho de que nadie en la América Latina se siente un latinoamericano (TOKATLIAN, Juan Gabriel).

Contudo, devemos pontuar, há quem conteste tal perspectiva. O crítico literário brasileiro Antonio Candido, por exemplo, diferentemente, em vários artigos transparece a intenção de não só pontuar como promover a identificação entre os diversos países chamados “latino-americanos”. Em *Literatura e subdesenvolvimento*, por exemplo, já apresentava uma definição própria do que viria, conforme seu ponto de vista, compor a dita América Latina: “o único conjunto de países subdesenvolvidos que falam idiomas europeus.” Entretanto, é apenas em artigo posterior, *A nova narrativa*, que se dedica mais pormenorizadamente a avaliar de perto o conceito de “ibero-americanidade” (CANDIDO, 1989/2, p. 199).

Neste referido texto toma para análise, a princípio, características relativas à realidade histórico-social dos países que comporiam o dito sub-contidente – características que percebe como comuns e generalizadas entre eles. Assim, para esse autor, o fato de, por exemplo, Argentina e Brasil terem sido colonizados por nações ibéricas, terem conhecido a escravidão moderna, terem sido palco de um intenso processo de mestiçagem, e terem servido como berço para uma classe mestiça, afrancesada, tradicionalmente tida como responsável pelo rompimento político com as metrópoles, e pela elaboração de projetos nacionais, autônomos, já parece o bastante para se assinalar uma identidade histórica (Idem, p. 200). No mais, um olhar apurado para a realidade (então) atual de latino-americanos como um todo também, conforme Cândido, poderia servir de ponto de partida para o desenvolvimento de uma perspectiva analítica que os identifique: industrialização

dependente, urbanização desordenada, pauperização do campo, índices alarmantes de desigualdades sociais, “neurose do consumo”, subserviência no que diz respeito aos interesses estadunidenses (Idem, p. 201). Crítico marxista, afinal, Cândido parece transparecer a compreensão de que tais vivências haveriam necessariamente de desembocar na sensação de pertencimento à (imensa, múltipla e complexa) América Latina, e em produções culturais não apenas semelhantes, mas também articuladas. Enfim: para ele “estabelecer vínculos entre os intelectuais da América Latina é contribuir para diversas libertações” (CANDIDO, s/h, p. 27).

Fora em *Literatura e subdesenvolvimento*, porém, que Cândido se dedicara com mais afinco a avaliar o lugar da Literatura latino-americana no cenário mundial. Neste texto, a princípio argumentava que a maneira com que a produção literária na América Latina tem sido vista e compreendida poderia ser didaticamente disposta em duas principais modalidades, relativas a dois grupos temporais distintos: até a década de 1930, na fase intitulada “consciência de país novo”, predominaria a impressão de que tais países ainda poderiam “realizar-se”; e, após a década de 1930, na fase intitulada “consciência da crise”, se teria generalizado a impressão de que somos países “subdesenvolvidos” (CANDIDO, 1989/1, p. 140). Quer dizer: se inicialmente uma visão mais pragmática do atraso dos países latino-americanos foi eclipsada pela preocupação em realizar o culto da natureza e do homem natural, em período posterior, podemos perceber uma maior apreensão dos autores quanto ao futuro do sub-continente, assim como a tomada da ideia de “atraso” como questão comum a todos.

Quando aborda o trabalho do escritor latino-americano, Cândido retoma tal divisão temporal, para pontuar que a característica predominante no que se produz nos países da América Latina, desde as independências até meados do século XX, teria sido uma inefável sensação de “desencaixe”, acompanhada do desejo obsediante de rompimento com o “de fora”; houve, assim, o culto de nossas riquezas naturais e apresentação do índio como personagem de destaque.

Todavia, a bem da verdade, isso se deu de maneira a reproduzir, acriticamente, condescendentemente, os *status quo* literário em voga. Essa valorização do nosso, do latino-americano, se dava pelo viés inofensivo do exótico; pela apresentação do que é nosso como uma curiosidade vendável no mercado cultural internacional, e não como um paradigma distinto, inovador. Eis o que Cândido classifica como “dependência na independência”.

Entretanto, para Cândido, a partir de 1930 esta perspectiva será paulatinamente mais e mais deslocada, na medida em que as possibilidades de criar Literatura ganharão amplitude; isto é: podemos perceber, daí em diante, o desencadear de um vivo processo de pluralização dos modelos literários na América Latina. Entre o engajamento à esquerda, e a defesa de ideais fascistas, haverá a tentativa de alheamento; entre o foco nos problemas de urbanização e nas relações de poder coronelistas do campo, haverá o destaque aos conflitos psicológicos; e até mesmo possibilidades aparentemente contraditórias poderiam, sim, surgir articuladas (Idem, p. 204-206).

E o que haveria de comum e agregador em meio a essa diversidade? Ora, em todo o sub-continentes latino-americano o romance ganhará o lugar primeiro de projeção, em prejuízo da poesia, que vinha prevalecendo nos círculos acadêmicos locais há gerações. Além disso, lançando mão da liberdade criativa “conquistada e praticada” pelos movimentos vanguardistas da década anterior, os escritores mais festejados agora recorrerão ao que Cândido chama “modos populares de expressão”, numa tentativa clara de “desliteralização” que visaria “tornar a linguagem natural da ficção aberta a todos” (Idem, p. 205).

Enfim, é justamente neste íterim que, conforme Cândido, observar-se-á a um relativo amadurecimento no modo de pensar do intelectual latino-americano no que diz respeito às relações entre seu lugar de produção, e o lugar do discurso hegemônico (norte-americano e europeu). Isto porque se perceberá, enfim, que apenas na aparência seria essa uma relação caracterizada pelo paradoxo da aceitação ou negação de influências. Aquilo que Cândido chama “assimilação [cultural] recíproca” seria agora, pois, tido não mais como “uma opção, mas [como] um fato quase natural”; daí se argumentar que constitui “uma ilusão falar em suspensão de contato”; daí ele declarar que devemos encarar “serenamente o nosso vínculo placentário com as literaturas europeias”, e buscar dele as vantagens – o que nos remete à proposta apresentada por Piglia, crítico de Borges.

No artigo *Literatura de fundação*, o consagrado intelectual mexicano Octávio Paz discorre sobre a possibilidade de se falar na existência de “uma Literatura latino-americana”, devido ao fato de a produção na América Latina corresponder a uma grande diversidade, tantas vezes contraditória. Ele conclui, entretanto, de antemão, que sim, é completamente plausível se pensar uma Literatura latino-americana.

Ele reserva a maior parte das páginas de seu texto a argumentos que comprovam seu ponto de vista; dos quais destaco dois: (1) dizer que existe, entre os escritores da América Latina, uma certa unidade não é, como querem fazer crer os mal-intencionados, o mesmo que dizer que haja uniformidade; e (2) o questionamento da unidade cultural em geral se dá sob o olhar de uma política mesquinha, que se emparelha aos interesses das oligarquias locais e do imperialismo estrangeiro, e não aos interesses populares (a seu ver, na realidade, essencialmente comuns) (PAZ, 2003, p. 126).

Enfim, Paz se refere a Borges, e mais especificamente aos seus argumentos desconstrutivos, no que diz respeito à ideia de América Latina, para pontuar que ele estaria, contudo, a todo momento, pelo simples fato de pensar sobre ela, contribuindo para a construção de um dado conceito de latino-americanidade.

Quase toda a obra de Borges – e não penso apenas em sua prosa e sim em muitos de seus poemas – postula a inexistência da América Latina. A Buenos Aires de Borges é tão irreal quanto suas babilônias ou nínives [sic]. Estas cidades são metáforas, pesadelos, silogismos. [...] [Contudo (e talvez por isso mesmo) não é difícil perceber que] a obra deste poeta não só postula

[abertamente] a inexistência da América como [implicitamente] a inevitabilidade de sua invenção. Ou, dizendo de outro modo: a literatura latino-americana é [e por isso existe] uma empresa da imaginação. Propomo-nos [conscientes, ou inconscientes, a todo momento] a inventar a nossa própria realidade (PAZ, Octavio, p. 130).

Tomando a América Latina como uma construção, operada em grande medida por pensadores e escritores locais, desponta-nos a questão da diversidade entre o que se produz no espaço americano de fala castelhana, e no espaço americano de fala portuguesa. Ora, não surpreende que tal questão não seja tida como propriamente problemática por Candido; brasileiro e engajado na noção de latino-americanidade, sente as diferenças entre hispano-americanos e brasileiros como ocasionais, constitutivas e enriquecedoras do debate e do projeto.

A questão ganha uma dinâmica um tanto mais confusa e conflitiva nas reflexões de autores da Hispano-América, tal como Paz. Em seu referido texto, ele afirma que o Brasil seria “*um universo linguístico irredutível ao espanhol*”, e que, em última instância, esses dois universos não lograram ainda exercer influência efetivas um sobre o outro. Entretanto, ele também afirma, contraditoriamente, ali, que a produção intelectual brasileira e hispano-americana, têm seguido caminhos sobremaneira semelhantes (PAZ, p. 144).

2.2 Analisando as fronteiras externas do conceito de “América Latina”

Se pretendemos transpor o foco da análise para as possíveis tentativas de se gerar identidade entre os países da América Latina por meio da demarcação das diferenças no que diz respeito aos “estrangeiros”, é interessante trabalhar as reflexões do pensador da Literatura e literato brasileiro Silviano Santiago.

Em *O entre-lugar do discurso latino-americano*, de 1971, Santiago declara ter como principal objetivo uma reavaliação do momento do primeiro encontro entre habitantes da Europa e habitantes da América. Para ele, a descoberta do Novo Continente, fato histórico específico e datado, sendo reproduzido e ressignificado ao longo dos vários séculos subsequentes, pode servir como ponto de partida para a discussão de questões fundamentais relativas à modernidade. Como crítico literário, seu foco se mantém, contudo, nas questões *voltadas à e apresentadas pela* produção literária contemporânea europeia e latino-americana, tais como o que autor denomina “um provável projeto de inversão de valores.” (SANTIAGO, 1978, p. 13).

Logo nas primeiras linhas do referido artigo, Santiago discute a “vitória” da civilização “branca” sobre a “vermelha”, e argumenta ter ela decorrido não de uma dita superioridade/inferioridade cultural, mas da violência – também (e talvez sobretudo) ideológica – apresentada pelos primeiros contra os segundos. A

imposição de valores, as conversões forçadas, o controle da língua fizeram, assim, da sociedade americana, aos olhos da europeia, uma “cópia”; mas, por outro lado, suas especificidades locais, o modo de vida típico e as formas de entendimento próprias do índio, a fizeram parecer (para utilizar palavras do etnólogo Claude Levi-Strauss) “*moins exotiques que démodés*” (Idem, p. 15).

Deslocando a análise para a atualidade, Santiago passa a propor, num momento posterior do artigo, algumas digressões a respeito de *Pierre Menard, autor del Quixote*. Tal conto borgiano, também publicado no livro *Ficciones*, abarca um suposto projeto apresentado por um desconhecido escritor argentino de reescrever a obra-prima de Cervantes; projeto este que, levado à prática não completamente, acaba por resultar em algumas páginas de texto idênticas ao “original”. Aos olhos de Santiago, esta seria uma metáfora da maneira como o escritor latino-americano compreende a si próprio: está atado às imposições do cânone, não se permite libertar de modelos europeus (Idem, p. 25-26).

Façamos, por hora, uma descrição/leitura própria do texto de Borges: segundo o narrador do mesmo, Menard consideraria de extremo mau gosto (“*carnavales inútiles*”) os então correntes projetos de se deslocar enredos consagrados para tempos atuais; quer dizer: sua pretensão *não* era construir um Quixote contemporâneo, um Quixote “outro”. Motivava-lhe, na realidade, escrever uma obra idêntica (palavra por palavra) à de Cervantes, e os métodos de que pensou poder dispor para tanto foram dois. Inicialmente, calculou que bastaria “conhecer bem o espanhol, recuperar a fé católica, guerrear contra os mouros ou contra o turco, esquecer a história da Europa entre os anos de 1602 e 1918” (BORGES, 1986, p. 33), para se tornar o mais semelhante possível do autor do texto original; com o tempo, contudo, tal conduta passou a lhe soar menos inviável do que reducionista – percebeu que o interessante seria, na realidade, reescrever o *Dom Quixote* através de suas próprias experiências pessoais, enquanto homem do século XX.

Há que se dizer, aqui que, ainda que incompleta, mas, em seus trechos esparsos, absolutamente igual à anterior, conforme a voz que narra o referido conto, a versão de Menard seria infinitamente mais rica que a de Quixote; para usar as palavras ofertadas em *Ficciones*: a obra de Menard seria “mais ambígua, dirão seus detratores; mas a ambiguidade é [de fato] uma riqueza” (Idem, p. 36). Isso (o fato de ter *valor* diferente) implica, então, que a segunda versão possua um *significado* distinto da primeira, em estilo e em conteúdo: em estilo, porque se uma “maneja o espanhol corrente de sua época”, a outra impõe um “tom arcaizante” (Idem, p. 37); em conteúdo, porque, por exemplo, se o autor espanhol procede um “elogio retórico da História”, o argentino, em face de suas experiências históricas particulares, só pode trazer implícita ao seu texto a concepção de que a História seria, também, retórica (Idem, p. 36).

Bom lembrar, então, que o narrador do conto enumera alguns dos textos contidos na biblioteca de Menard. Se analisarmos nome a nome referido na dita lista, emerge a impressão de que todos – dentre os quais posso citar Descartes, Leibniz e Wilkins, Ramón Lull, George Boole, Luc Durain, Paul Valery – tinham em comum o interesse por Linguística e/ou por Epistemologia, pelos processos de construção da

linguagem e do conhecimento, e dispunham de perspectivas focadas em noções variáveis de “universalismo” (Idem, p. 30-32). Considero, enfim, que o conhecimento que Menard obteve e trabalhou acerca de tais questões foi, destarte, essencial para que ele viesse a estabelecer o referido projeto, de reescrever *Dom Quixote*. Isso fica claro em declarações do obscuro escritor argentino, descobertas em sua biblioteca, pelo narrador do conto: “todo homem deve ser capaz de todas as ideias”, dizia ele; quer dizer: todo tipo de conhecimento, texto ou descoberta científica é propriedade de toda humanidade (Idem, p. 38).

E é justamente partindo de tais reflexões que Santiago virá, logo, a repensar o que há de comum e de diverso entre o ser-latino-americano e o ser-centro, assim como a elaborar sua crítica e fundamentar de maneira mais concreta seu conceito de “entre-lugar”. Sua ideia é que, para que se supere o macaquismo literário, e para que se subverta o temor ao servilismo incutido na ideia de “influência”, é preciso que nos demos conta de que não há como negar que produzimos inevitavelmente (de uma forma ou de outra) ao mesmo tempo imitação e autenticidade. Afirma ele:

Entre o sacrifício e o jogo, entre a prisão e a transgressão, entre a submissão ao código e a agressão, entre a obediência e a rebelião, entre a assimilação e a expressão, – ali, nesse lugar aparentemente vazio, seu tempo e seu lugar de clandestinidade –, ali, se realiza o ritual antropófago da literatura latino-americana (SANTIAGO, 1978, p. 27).

O ponto de vista de Santiago ficará mais claro em uma conferência publicada posteriormente, de título *Apesar de dependente, universal*. Nela muitas das ideias anunciadas em *O entre-lugar...* são recuperadas, inclusive a estrutura argumentativa, que parte da análise da realidade colonial para buscar compreender a construção de uma auto-imagem depreciativa na América Latina. Conforme esse autor, então, é originária de um período que antecede de fato o surgimento dos países latino-americanos a impressão de nossa inferioridade *tout-cour* em relação aos grandes centros econômicos da Europa: desde os anos quinhentos o índio era visto como inferior ao branco, tal como o espanhol e o português eram vistos como inferiores aos povos dos demais países europeus; desde os quinhentos o índio dependeria economicamente do branco, tal como o português e o espanhol dependeriam financeiramente dos seus vizinhos mais afortunados.

Entretanto, para Santiago, em *Apesar...*, dependência econômica não implicaria em pura e simples aceitação e/ou assimilação de valores (ainda que estes, de uma forma ou de outra, tenham sido, de fato, para o autor, impostos). Implica, sim, conforme seu entendimento, à revelia dos nacionalistas mais tradicionais, num vínculo inquebrantável com o patrão, com a metrópole, com o poder financeiro, com os grandes centros culturais; mas um vínculo que, tomado sob um ponto de vista desrecaçado, pode ser traduzido em benefícios para nós mesmos, e ainda para os países tidos como hegemônicos – isto é, em benefícios universais e originais. Daí a importância, no entender do crítico, das análises literárias comparativas, que traçam

as semelhanças e disparidades entre produções de autores dos mais diversos cantos do planeta; e ajudam a corroborar a “compreensão de que, apesar de se produzir uma obra culturalmente dependente, pode-se dar o salto por cima das imitações e das sínteses enciclopédicas etnocêntricas e contribuir com algo novo” (SANTIAGO, s/d, passim).

No artigo *Literatura de fundação*, Otavio Paz se questionava também quanto à possibilidade de existência de uma literatura propriamente latino-americana, em oposição à europeia, já que em todos os países da América Latina escrevemos em línguas transplantadas da Europa. Sua resposta é, obviamente, positiva, e seu argumento, a ideia de que literatura implica qualquer coisa mais do que o simples uso da linguagem – para ele literatura implicaria o uso pessoal e subjetivo de um arcabouço linguístico flexível e incontáveis vezes re-significado. Sendo assim, para usar uma metáfora sua: no caso da literatura latino-americana, “o ramo cresceu tanto que já é tão grande quanto o tronco. Na realidade, é outra árvore” (Paz, 2003, p. 123).

Algumas características que distinguem a postura de nossos escritores frente às línguas faladas por nós, da postura dos europeus são elencadas no artigo *Literatura latino-americana?* Seriam elas, esquematicamente: (1) uma maior unidade americana; (2) uma maior abertura ao hibridismo; (3) um posicionamento mais crítico; e, por isso mesmo, (4) um espírito consideravelmente mais inovador (Idem, 146-147). De maneira semelhante a Santiago, Paz também aponta que a produção literária americana apresentaria pontos de identificação mas também fortes pontos de diferenciação no que diz respeito à Europa, desde o período colonial: todo o continente americano, segundo seu ponto de vista, teria sido criado por um “outro” (pela consciência europeia) como um “outro” (Idem, p. 127).

É preciso notar, porém, que a América Latina hoje não mais se percebe como distinta apenas de continentes além-mar. Há alguns séculos, conforme Paz, nos percebemos como também diversos de nossos vizinhos norte-americanos, os Estados Unidos. Assim, se a princípio tanto nós como eles éramos encarados como “*anulação do presente*” – nós como “incompletos”, ele como “utopia em marcha” –, atualmente modos de vida expressamente distintos marcam um abismo que nos separa. Destacadamente, de acordo com Paz:

os anglo-americanos viveram a sua história como uma ação coletiva, da qual se sentem solidários e responsáveis. [...] Não, nós não vivemos a nossa história: nós a sofremos como uma catástrofe ou como um castigo (Idem, p. 150).

E isso se refletiria, inevitavelmente, em modos de escrita e construção literárias diversos.

Por fim, nesta seção faz-se interessante esboçar uma síntese de como Paz percebe o lugar que poderia vir a ocupar a literatura e a crítica literária na América Latina, em tempos vindouros. Ênfase no nacionalismo? Preocupação em unir forças

num projeto mais amplo, latino-americano? Valorização no estrangeiro, do que se produz aqui? Talvez todas estas alternativas...

Num de seus mais comentados textos de crítica, *Signos em rotação*, o referido autor assim encaminha seus principais argumentos, quando revela um projeto político que toma como ferramenta fundamental o que chama “poema crítico”. Segundo ali consta, para superar o descentramento do “eu” e a dita “incomunicação”, característicos de tempos pós-modernos, a poesia movimenta, desloca, questiona, com o foco sempre voltado para aquilo que o Crítico denomina “*outridad*”. É assim, afinal, que os pensadores da América Latina podem vir encontrar e definir (pois as duas coisas, para Paz, estão intimamente ligadas) um espaço seu de atuação; um espaço que se estabeleça através da elaboração de uma literatura “própria”, que leve em conta as literaturas “outras”. Para lançar mão de palavras do próprio autor:

Inventar a realidade ou resgatá-la? Ambas as coisas. A realidade se reconhece nas fantasias dos poetas. [...] Desenraizada e cosmopolita, a literatura latino-americana é regresso e procura de uma tradição. Ao procurá-la, a inventa. [...] Vontade de encarnação, literatura de fundação. (Idem, p. 131).

Considerações finais

O presente artigo tomou como ponto de partida reflexões desconstrucionistas do escritor argentino Jorge Luis Borges, sobretudo constantes em textos produzidos por ele em um momento que podemos considerar de maior maturidade literária.

Como vimos, Borges, então, apresentou pontos de vista bastante críticos no que diz respeito tanto ao projeto de uma Literatura nacional, para a Argentina, quando de uma Literatura especificamente latino-americana. Conforme seu ponto de vista, tais projetos teriam incorrido e haveriam de incorrer sempre em falsificações; e seriam negativos na medida em que coibiriam os autores locais a explorar um limitado cardápio de temas e problemas.

Os demais autores discutidos paralelamente às ditas proposições de Borges – Piglia, Candido, Santiago, Paz – de certa forma concordam com ele: percebem as Literaturas, na América Latina, como devedoras das Literaturas europeias; percebem a necessidade de sempre dialogarmos com a produção literária que nos vem da Europa; e também compreendem que toda tentativa de se compor uma Literatura “local” resultaria não em resgate (não se trata de trabalhar uma “essencial” local), e sim em criação (para os quatro autores, Literatura e Crítica Literária autênticas se criam na medida em que se questionam e se propõem).

Contudo, eles observam tal quadro de maneira positivada: destacam-se de suas argumentações, assim, conceitos muito interessantes, que o severo crítico, poeta

e contista argentino não chegou a aventar: “mirada estrábica”, “antropofagia”, “entre-lugar”, “outredad”. Esse conceitos conferem ênfase ao fato de que, apesar de dependentes, derivados, interessados no estrangeiro, possuímos um olhar próprio não dado, mas inevitável e fundamental para revisão crítica e criativa dos modos de ver do homem contemporâneo.

Curioso pensar, afinal, que Borges é justamente, para Piglia, Candido, Santiago e Paz, bastante representativo desse modo de enxergar – o mundo, a Literatura – ao mesmo tempo próprio (subjeto, pessoal, local), aberto ao outro (cosmopolita, universal) e, por isso, inovador.

Referências

BORGES, Jorge Luis. Discussão. In: _____. *Obras completas*. V. 1. São Paulo: Globo, 1999.

_____. *Ficções*. Rio de Janeiro: Globo, 1986.

_____. *O Martin Fierro*. Porto Alegre: LP&M, 2005.

CANDIDO, Antonio. A nova narrativa. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Conhecer, conviver, integrar: anotações muito pessoais. In: *Revista de Crítica Literária Latino-americana* (s/h). Disponível em: <<http://www.dartmouth.edu/~rcll/rc1150/50pdf/50candido.PDF>>.

_____. Literatura e subdesenvolvimento. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

PAZ, Octávio. Literatura de fundação. In: *Signos em rotação*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

PIGLIA, Ricardo. Memória e tradição. In: *Revista do 2º congresso da Abralic* (s/h 1). Belo Horizonte, UFMG.

_____. Sobre Borges. In: *Borges Brasil; cuadernos de reciénvenido* (s/h 2). Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlm/posgraduacao/espanhol/Cuadernos10.html#artundo>>.

_____. Una proposta para el nuevo milénio. In: *Margens*, n. 02. Belo horizonte/ Mar Del Plata/ Buenos Aires, Caderno de cultura, out. 2002.

SANTIAGO, Silvano. Apesar de dependente, universal. In: *Vale Quanto Pesa: ensaios sobre questões político-culturais* (s/h). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

TOKALIAN, Juan Gabriel (s/h). *La desunión sudamericana*. Disponível em: <http://jubilatas.com/canal/ver.php3?id=1361&articulo_id=3558&desde=15>.

VAZQUEZ, Karina. Tensiones y desafíos: el problema de la construcción de una cultura nacional en las revistas *Estética* y *Martín Fierro*. In: *Anais do XXVI Simpósio da ANPUH*. São Paulo, julho de 2011.

Recebido em 30 de outubro de 2011.

Aceito em 16 de dezembro de 2011.

ANA LUIZA DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA

Mestre em História, Cultura e Poder pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: analod@gmail.com.